JORNAL
O BRADO

FEEB
FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

CTB
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE JUAZEIRO E REGIÃO | SEEB | EDIÇÃO Nº 62 | Fevereiro 2018

BRASIL DEFINHA, MAS OS BANCOS SEGUEM COM LUCROS ESTRATOSFÉRICOS

Após a implementação do "ponte para o futuro" de Michel de Temer, testemunhamos uma crise brutal que condena milhões de brasileiros a um futuro de incertezas. Entanto o Brasil definha e o desemprego cresce, os bancos seguem com lucros estratosféricos e o nosso país órfão de um projeto nacional que reverta o cenário nacional.

O lucro dos maiores bancos do país voltou a crescer em 2017. Somados, os ganhos das quatro maiores instituições financeiras com ações listadas na Bovespa – Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander — alcançaram R$ 57,63 bilhões no ano passado, o que corresponde a uma alta de 14,6%.

O maior lucro em 2017 foi do Itaú (R$ 23,96 bilhões), seguido por Bradesco (R$ 14,65 bilhões), Banco do Brasil (R$ 11,01 bilhões) e Santander (R$ 7,99 bilhões).

Veja abaixo detalhes sobre o resultado de 2017 de cada um dos bancos:

Itaú - Lucro atinge R$ 24 bilhões, puxado por redução de despesas, aumento da jornada e demissões.

Bradesco - Lucro fica em R$ 14,65 bilhões em 2017, impactado pelo aumento nas provisões para perdas com calotes.

Banco do Brasil - Lucro atinge R$ 11 bilhões, puxado pelo aumento das receitas com tarifas bancárias, demissões, pdv e também das provisões.

Santander - Lucro alcança R$ 8 bilhões, impulsionado pelo aumento de receitas e do estímulo às demissões.

Portal CTB - Com informações do G1

Reforma tributária: o Brasil precisa para já

O Brasil é o país da distorção. Enquanto a crise econômica e política fazia o PIB (Produto Interno Bruto) cair nos últimos anos, junto com a renda dos trabalhadores (3,3%), a dos brasileiros mais ricos cresceu 7,5%.

A apuração do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) foi feita com dados da Receita Federal que usa como base os anos de 2013 a 2016. De acordo com o relatório, os rendimentos tributáveis do trabalhador, a exemplo do salário, caíram 5%. Já, as aplicações e dividendos dos super-ricos, isentos de tributação, cresceram.

Os trabalhadores têm alíquotas de imposto de renda de até 27,5% descontadas dos salários. Já os super-ricos, aqueles que ganham acima de 160 salários mínimos por mês, e não têm a contribuição descontada do salário, pagam em média 6,1% da renda de IR.

O relatório comprova a forte concentração de renda do Brasil, resultado sistema tributário que protege apenas os ricos e é extremamente perverso com os trabalhadores. Desigualdade acentuada com o governo de Michel Temer, que corta investimento em áreas fundamentais de combate à pobreza, impõe uma política de retirada de direitos e um ajuste fiscal que reduz a renda e o poder de compra.

Crediário no cartão será ruim para consumidor, dizem especialistas

A proposta que busca seduzir o lojista para que ofereça crediário ao consumidor em vez do parcelamento sem juros pode ter como elo fraco justamente o cliente, que terá de redobrar o cuidado antes de escolher a melhor forma de pagamento, avaliam especialistas ouvidos pela Folha.

As negociações entre os representantes dos emissores de cartões e o Banco Central estão centradas em uma linha de financiamento via cartão de crédito que teria a incidência de juros e prazo maior para pagamento, em uma forma de concorrer com a opção parcelada sem juros — que, na verdade, embute taxas, de forma velada.

A proposta apresenta pontos problemáticos para o consumidor, avalia Juliana Inhasz, professora de finanças do Insper. A taxa de juros, estimada em 3% ao mês — acima da cobrada no empréstimo consignado –, é um deles.

Estamos passando de um quadro em que o consumidor parcela com juro embutido, mas ainda baixo, para um caso em que vai pagar 42,6% ao ano. É bem mais alto, diz.

O juro também seria diferente para cada cliente, de acordo com a análise de risco feita pelo emissor. E aí os problemas se agravam, diz Inhasz. Ninguém faz o perfil de graça, há um custo, que deve ser repassado, afirma.

Os produtos parcelados vão ter preço diferenciado de acordo com o perfil do cliente. O mesmo produto pode custar R$ 1.200 ou R$ 1.800. O consumidor perde a referência de preço, diz a professora.

Já para compras de menor valor, o crediário dificilmente seria atrativo, diz Roque Pellizzaro Junior, presidente do SPC Brasil, administrado pela CNDL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas). Ninguém vai pagar R$ 140 por uma calça que, no parcelado sem juro, custa R$ 100.

O prazo maior para pagar gera preocupação. No parcelado sem juros, a praxe é dividir em dez vezes. O crediário poderia ampliar esse prazo para 24 meses, o que significaria parcelas mensais menores. Na hora de pagar a compra, o consumidor conseguiria simular as alternativas e escolher a mais vantajosa, segundo a proposta.

O consumidor vai comparar as parcelas, e o risco é analisar apenas o que cabe no bolso. É o que as pessoas fazem normalmente. Só que, nesse cenário, piora para elas, porque estão pagando muito mais por um produto que pode custar bem menos, afirma Joelson Sampaio, professor de economia da FGV.

A possibilidade de a parcela caber no orçamento também poderia estimular compras de itens sem necessidade, diz. "Em 10 vezes eu não consigo pagar o produto, mas em 24, consigo".

CREDIÁRIO

Saiba o que está em discussão: Parcelado sem juros, Como funciona

> Juros são 'mascarados' e ficam embutidos no valor do produto ou serviço;
> A prática do mercado é um limite de dez parcelas;
Exemplo: calça vendida por R$ 100, com juro embutido de 10%;
> Preço real da calça: R$ 90;
> Parcelado em dez vezes: 10 x R$ 10;
> valor final da calça: R$ 100;

Crediário - Como funcionaria

> Juros compostos cobrados sobre o valor real do produto/serviço; taxa de juros estimada em cerca de 3% ao mês;
> Prazo de parcelamento poderia ser ampliado para 24 meses;
Exemplo: calça vendida a R$ 100
> Preço real da calça: R$ 100
> Juro mensal de 3%
> Parcelado em dez vezes: 10 x R$ 11,72
Valor final da calça: R$ 134,39

Fonte: Folha de S.Paulo

O Sindicato dos Bancários deseja toda felicidade ao vice presidente do SEEB Juazeiro, Eleandro! Parabéns!!!!

Aumenta pessimismo dos brasileiros com rumos da economia

O consumidor brasileiro está pessimista com os rumos da economia e a falta de um projeto consistente de desenvolvimento econômico e social do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB-SP). É o que mostra a queda de 1,4 ponto no Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas, do mês de fevereiro. O item que mais contribuiu para a queda da confiança foi a avaliação dos consumidores em relação ao grau de satisfação com a economia.

Os consumidores estão menos otimistas em relação à criação de empregos nos próximos meses e mais cautelosos em relação a novas compras. "O que pode deixar a recuperação esperada na economia mais lenta", diz Viviane Seda Bittencourt, coordenadora de Sondagem da pesquisa.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, "a pesquisa comprova que a economia está ruim, que não há perspectivas no futuro próximo, ao contrário do que os golpistas e parte da mídia têm afirmado quase todos os dias".

Satisfação e expectativas seguem em queda - O indicador do ICC que mede a satisfação dos consumidores com a situação financeira no momento recuou 0,6 ponto, ou seja, os brasileiros estão mais insatisfeitos com suas finanças pessoais.

Para agravar ainda mais o quadro econômico, as expectativas em relação aos próximos meses pioraram. E o indicador das perspectivas para a situação econômica nos próximos seis meses também caiu.

Os consumidores estão menos propensos a gastar, aponta a pesquisa que registrou queda de 3,6 pontos no indicador que mede a disposição para compras de bens duráveis nos próximos meses.

Apesar de tudo isso, o brasileiro é antes de tudo, um otimista. Mesmo com a falta de confiança no modelo econômico dos golpistas, o brasileiro ainda está otimista em relação às suas próprias finanças.

A classe média é a mais pessimista

A pesquisa foi feita entre quatro faixas de renda:

Até R$ 2.100
Entre R$ 2.100,01 e R$ 4.800
Entre R$ 4.800,01 e R$ 9.600
Acima de R$ 9.600

Aumentou em 0,4 o índice de confiança dos que ganham até R$ 2.100 e dos que ganham acima de R$9.600.

Já os trabalhadores e trabalhadoras que ganham de R$ 2.100,01 até R$ 4.800 perderam o otimismo e a confiança com índice negativo de -3,1.

Os que ganham entre R$ 4.800,01 e R$ 9.600 também estão pessimistas. O índice chega a menos 2,8.

EXPEDIENTE:
JORNAL DA SEEB
Maribaldes Silva Presidente
Daniela Duarte e Thalita Bezerra Jornalistas
Mário Pires Diagramação
Gráfica SEEB Impressão